



CAPÍTULO 1

COMO A METAFÍSICA É DISTINTA SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO

André Ricardo Randazzo Gomes

Resumo: Neste artigo, procurarei mostrar como a metafísica é uma ciência especulativa distinta das outras ciências especulativas, que são a ciência natural e a matemática, examinando o que Tomás de Aquino ensina no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e no Proêmio ao *Comentário à Metafísica*. No *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, examinarei todos os quatro artigos da questão 5 e uma parte do primeiro artigo da questão 6. Adotarei neste estudo inteiro o modelo de interpretação a respeito de Tomás de Aquino que é chamado de Aristotélico-Tomismo. Assim, na conclusão, exporei os comentários feitos por dois autores considerados aristotélico-tomistas, Leo Elders e o dominicano William Kane, sobre a descoberta do objeto da metafísica. Com isso, este artigo é parte de uma introdução aristotélico-tomista à metafísica de Tomás de Aquino.

Palavras-chave: Metafísica; Filosofia Especulativa; Aristotélico-Tomismo.

HOW METAPHYSICS IS DISTINCT ACCORDING TO THOMAS AQUINAS

Abstract: In this article, I will seek to show how metaphysics is a speculative science which is distinct from the other speculative sciences, which are natural science and mathematics, by examining what Thomas Aquinas teaches in the *Commentary on the De Trinitate of Boethius* and in the Prologue to the *Commentary on the Metaphysics*. In the *Commentary on the De Trinitate of Boethius*, I will examine all the four articles of question 5 and a part of the first article of question 6. I will adopt in this whole study the model of interpretation regarding Thomas Aquinas that is called Aristotelian-Thomism. Thus, in the conclusion, I will expound the commentaries made by two authors who are considered Aristotelian-Thomists, Leo Elders and the Dominican William Kane, regarding the discovery of the object of metaphysics. With this, this article is part of an Aristotelian-Thomist introduction to the metaphysics of Thomas Aquinas.

Keywords: Metaphysics; Speculative Philosophy; Aristotelian-Thomism.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procurarei mostrar como a metafísica é uma ciência especulativa distinta das outras ciências especulativas, que são a ciência natural e a matemática, examinando o que Tomás de Aquino ensina no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e no Proêmio ao *Comentário à Metafísica*¹. No *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, examinarei todos os quatro artigos da questão 5 e uma parte do primeiro artigo da questão 6². Adotarei neste estudo inteiro o modelo de interpretação a respeito de Tomás de Aquino que é chamado de Aristotélico-Tomismo³. Assim, na conclusão, exporei os comentários feitos por dois autores considerados aristotélico-tomistas, Leo Elders e o dominicano William Kane, sobre a descoberta do objeto⁴ da metafísica. Com isso, este artigo é parte de uma introdução aristotélico-tomista à metafísica de Tomás de Aquino.

Quando se apresentar um texto de Tomás de Aquino, iniciarei com a marcação: “[Texto]”, e quando se apresentar o meu respectivo comentário, iniciarei com a marcação: “Comentário”. Passemos ao estudo.

COMENTÁRIO AO TRATADO DA TRINDADE DE BOÉCIO (QUESTÕES 5 E 6)

O artigo 1 da questão 5 pergunta: é adequada a divisão pela qual a filosofia especulativa é dividida nas três partes: natural, matemática e divina?

[Texto] *Sed contra*, que esta divisão seja adequada é provado pelo Filósofo no livro VI da *Metafísica*, onde diz: “Por isso, haverá três ciências filosóficas e teóricas – matemática, física e teologia”.

Ademais. No livro II da *Física* são reconhecidos três modos de proceder das ciências que também parecem corresponder a estas três.

¹ Usarei as traduções em português desses textos que se encontram em: AQUINO, Tomás de. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio: Questões 5 e 6*. Tradução e Introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

² No entanto, não tratarrei de todas as objeções que estão incluídas nessas questões. Cito três estudos úteis sobre essas questões: AQUINO, Tomás de. *The division and methods of the sciences. Questions V and VI of his Commentary on the De Trinitate of Boethius*. Translated with Introduction and Notes by Armand Maurer. Fourth revised edition. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1986; ELDERS, Leo. *Faith and science: An introduction to St. Thomas' Expositio in Boethii De Trinitate*. Roma: Herder, 1974; KANE, William H. Abstraction and the distinction of the sciences. *The Thomist*, v. 17, n. 1, 1954, pp. 43-68.

³ Para um livro que segue o Aristotélico-Tomismo e explica o que é o Aristotélico-Tomismo, ver: ASHLEY, Benedict. *The way toward wisdom: An interdisciplinary and intercultural introduction to metaphysics*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2006. Para outros bons livros sobre a metafísica de Tomás de Aquino, ver: ELDERS, Leo. *The metaphysics of being of St. Thomas Aquinas in a historical perspective*. Leiden: E.J. Brill, 1993; ELDERS, Leo. *The philosophical theology of St. Thomas Aquinas*. Leiden: E.J. Brill, 1990; WIPPEL, John F. *The metaphysical thought of Thomas Aquinas: From finite being to uncreated being*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2000.

⁴ Às vezes, o que Tomás chama de “sujeito” de uma ciência pode ser entendido como o “objeto” de uma ciência.

Ademais. Ptolomeu também usa esta divisão no princípio do *Almagesto*.

[Texto] Resposta. É preciso dizer que o intelecto teórico ou especulativo se distingue propriamente do operativo ou prático nisto: o especulativo tem por fim a verdade que considera, o prático, na verdade, ordena a verdade considerada à operação, como a um fim. Assim, o Filósofo diz no livro III *Sobre a alma* que diferem entre si pelo fim e no II da *Metafísica* diz-se que o “fim da especulativa é a verdade, mas o fim da operativa é a ação”. Ora, como é preciso que a matéria seja proporcionada ao fim, é preciso que a matéria das ciências práticas sejam as coisas que podem ser feitas por nossa obra, de tal modo que o conhecimento delas possa ser ordenado à operação como a um fim. A matéria das ciências especulativas, no entanto, precisa ser coisas que não são feitas por nossa obra; donde, a consideração delas não pode ser ordenada à operação como a um fim. É de acordo com a distinção destas coisas que é preciso distinguir as ciências especulativas.

Comentário: antes de determinar se as ciências especulativas são três, é preciso determinar o que se entende por ciência especulativa em geral. De acordo com Aristóteles, a ciência especulativa é aquela que tem por fim a consideração da verdade, ao passo que a ciência prática (como a ética) é aquela que tem por fim a operação. Mas também é preciso fazer outra distinção: a ciência especulativa tem por matéria uma matéria não operável pelo ser humano, ao passo que a ciência prática tem por matéria uma matéria operável pelo ser humano.

[Texto] Ora, é necessário saber, que quando os hábitos ou as potências são distinguidos pelos objetos, não são distinguidos de acordo com quaisquer diferenças dos objetos, mas de acordo com aquelas que competem, por si, aos objetos na medida em que são objetos. De fato, ser animal ou planta é acidental ao sensível na medida em que é sensível; assim, não é de acordo com isso que é estabelecida a distinção dos sentidos, mas antes de acordo com a diferença da cor e do som. Por isso, é preciso dividir as ciências especulativas pelas diferenças dos especuláveis na medida em que são especuláveis. Ora, ao especulável, que é o objeto da potência especulativa, compete algo da parte da potência especulativa e algo da parte do hábito de ciência pelo qual o intelecto é aperfeiçoado. Com efeito, da parte do intelecto compete-lhe que seja imaterial, porque também o próprio intelecto é imaterial; da parte da ciência, compete-lhe, na verdade, que seja necessário, porque a ciência diz respeito ao necessário, como se prova no livro I dos *Segundos Analíticos*. Ora, todo necessário enquanto tal é imóvel; pois, tudo o que se move, enquanto tal, é possível ser e não ser pura e simplesmente ou sob um certo aspecto, como se diz no livro IX da *Metafísica*. Assim, pois, ao especulável, que é o objeto da ciência especulativa, compete por si a separação da matéria e do movimento ou a aplicação a estes. Assim, as ciências especulativas se distinguem segundo a ordem de afastamento da matéria e do movimento.

Comentário: a filosofia especulativa, em geral, é distinguida pelo seu objeto especulável. Então, é preciso determinar o que distingue o objeto especulável em geral. Essa distinção deve ser procurada naquilo que distingue essencialmente (por si) tal objeto, e não em coisas acidentais. Por exemplo, o sentido da visão tem por objeto essencial (por si) a cor, e não coisas como o animal ou a planta, que lhe são acidentais. A distinção essencial (por si) do objeto especulável é dada pelas seguintes coisas: a imaterialidade (porque o intelecto especulativo humano é imaterial), a necessidade (porque a virtude da ciência só versa sobre o que é necessário), e a imobilidade (porque o necessário é imóvel). Portanto, cada uma das três ciências especulativas será distinguida de acordo com o modo de afastamento da matéria e do movimento que o seu objeto tiver.

[Texto] Há, pois, entre os especuláveis alguns que dependem da matéria no que se refere ao ser porque não podem ser senão da matéria. Estes distinguem-se, porque alguns dependem da matéria no que se refere ao ser e ao inteligido, como aquilo em cuja definição é posta a matéria sensível; donde não poder ser inteligido sem a matéria sensível, como na definição do ente humano é preciso incluir a carne e os ossos. Destes se ocupa a física ou ciência natural. Há, ainda, alguns, que apesar de dependerem da matéria no que se refere ao ser, não dependem no que se refere ao inteligido porque a matéria sensível não é posta em suas definições, como a linha e o número. Destes trata a matemática. Há, até mesmo, certos especuláveis que não dependem da matéria no que se refere ao ser, pois podem ser sem a matéria, quer nunca sejam na matéria como Deus e o anjo, quer sejam na matéria em alguns e em alguns não, como a substância, a qualidade, o ente, a potência, o ato, o uno e o múltiplo e semelhantes. De todos estes trata a teologia, isto é, a ciência divina, pois Deus é o principal do que nela é conhecido. A qual, com outro nome, é chamada de metafísica, isto é, além da física, porque ocorre a nós, que precisamos passar do sensível ao insensível, que devemos aprendê-la depois da física; é chamada também de filosofia primeira na medida em que todas as outras ciências, recebendo dela seus princípios, vêm depois dela. Não é possível que haja algumas coisas que, no que se refere ao inteligido, dependam da matéria e não no que se refere ao ser, pois o intelecto no que lhe cabe é imaterial; por isso, não há um quarto gênero de filosofia além dos precedentes.

Comentário: há apenas três ciências especulativas. A ciência natural (física) tem por objeto um objeto que depende da matéria para existir e para ser inteligido. Para esse objeto ser inteligido, o intelecto considera a sua matéria sensível comum. A matemática tem por objeto um objeto que depende da matéria para existir, mas não para ser inteligido. Para esse objeto ser inteligido, o intelecto não considera a sua matéria sensível comum. E a metafísica tem por objeto um objeto que não depende da matéria para existir. Em alguns casos, esse objeto nunca existe na

matéria (como Deus e o anjo), mas em outros casos esse objeto às vezes existe na matéria, e às vezes não existe na matéria (como a substância, a qualidade, o ente, a potência, o ato, e o uno e o múltiplo). Esta última ciência pode chamada de divina por versar sobre Deus, de metafísica por ser aprendida após a física, e de primeira por ser a mais nobre entre as ciências especulativas.

[**Texto**] Nona objeção. A ciência da qual as outras extraem seus pressupostos deve lhes ser anterior. Ora, todas as outras ciências extraem seus pressupostos da ciência divina porque cabe-lhe provar os princípios das outras ciências. Logo, deveria colocar a ciência divina antes das outras.

[**Texto**] Resposta à nona objeção. Ao nono, é preciso dizer que, ainda que a ciência divina seja naturalmente a primeira de todas as ciências, em relação a nós, as outras ciências são anteriores. De fato, como diz Avicena no princípio de sua *Metafísica*, a posição desta ciência é que seja estudada depois das ciências naturais, nas quais é determinado muito do que esta ciência se serve, tal como a geração, a corrupção, o movimento e outros semelhantes. Igualmente, também depois das matemáticas, pois esta ciência necessita, para o conhecimento das substâncias separadas, conhecer o número e as posições dos orbes celestes, o que não é possível sem a astronomia, para a qual toda a matemática é pré-requerida; as outras ciências são, na verdade, para aperfeiçoá-la, como a música, a moral ou outras semelhantes. Nem há forçosamente círculo vicioso porque ela própria supõe o que é provado nas outras, uma vez que ela própria prova os princípios das outras. Pois, os princípios que uma outra ciência, como a natural, recebe da filosofia primeira não provam o mesmo que o filósofo primeiro recebe da natural, mas é provado por outros princípios evidentes por si mesmos. Igualmente, o filósofo primeiro não prova os princípios que transmite ao estudioso da natureza pelos princípios que dele recebe, mas por outros princípios que são evidentes por si mesmos. Assim, não há nenhum círculo vicioso na definição. Ademais, os efeitos sensíveis dos quais partem as demonstrações naturais, em princípio, são mais conhecidos em relação a nós. Mas, quando, por meio deles, chegarmos ao conhecimento das causas primeiras, a partir delas nos será manifesto o porquê daqueles efeitos a partir dos quais são provadas por demonstração de quê. Assim, a ciência natural transmite alguma coisa à ciência divina, e, no entanto, seus princípios são evidenciados por esta. Daí, que Boécio coloque por último a ciência divina porque é a última em relação a nós.

Comentário: a objeção diz que a metafísica deveria ser colocada antes da ciência natural e da matemática, porque ela é mais nobre que estas. Em resposta, deve-se dizer que, quanto à dignidade, a metafísica é a mais nobre entre as ciências, mas na ordem do aprendizado humano, ela é a última. Ela requer, como pré-requisitos, muitas demonstrações que são feitas na ciência natural e na matemática. Por exemplo, requer demonstrações sobre a geração, a corrupção, o movimento, etc., que são feitas

na ciência natural. E requer demonstrações sobre o número e as posições dos orbes celestes, que são feitas na matemática (na parte da astronomia). Outras ciências, como a música e a ética, também contribuem, como pré-requisitos, para aperfeiçoar a metafísica⁵. No entanto, cada ciência tem seus próprios princípios, adequados para o seu próprio objeto. As demonstrações feitas na ciência natural usam os princípios próprios de sua ciência, ao passo que as demonstrações feitas na metafísica usam os princípios próprios de sua ciência. A ciência natural demonstra a existência das causas primeiras, por meio de demonstrações que partem dos efeitos sensíveis, os quais são mais evidentes para nós, ao passo que a metafísica explica esses efeitos por meio de demonstrações que dão o porquê deles, partindo das causas.

[Texto] Décima objeção. A matemática apresenta-se no aprendizado antes da natural, pelo fato de que as crianças podem facilmente aprender matemática, não porém a natural, mas apenas os avançados, como se diz no livro VI da Ética. Daí, dizer-se que a seguinte ordem fosse observada entre os antigos no aprendizado das ciências: os humanos estudariam primeiro a lógica, depois a matemática, depois da qual a natural e depois desta a moral e só então as ciências divinas. Portanto, a matemática deveria ser colocada antes da ciência natural. Assim, parece que esta divisão é insuficiente.

[Texto] Resposta à décima objeção. Ao décimo, é preciso dizer que, embora a ciência natural deva ser estudada depois da matemática, pelo fato de que seus ensinamentos universais exijam experimento e tempo, as coisas naturais, por serem sensíveis, são naturalmente mais evidentes do que as coisas matemáticas abstraiadas da matéria sensível.

Comentário: a objeção diz que a ordem do aprendizado das ciências filosóficas deve ser: primeiro a lógica, depois a matemática, e então a natural, depois a moral, e finalmente a metafísica⁶. Portanto, a matemática deveria ser colocada antes da filosofia natural. Em resposta, deve-se dizer que o lugar da filosofia natural deve ser mantido nesta ordem, porque, como ensina Aristóteles, as crianças podem facilmente aprender a matemática, mas não a filosofia natural, que requer tempo e experiência. No entanto, pode-se observar que as coisas naturais, objeto da filosofia natural, são mais evidentes, por serem sensíveis, do que as coisas matemáticas, que são mais abstratas.

⁵ Segundo Tomás, a música e a astronomia pertencem ao quadrívio e são chamadas por ele de ciências intermediárias, porque se situam entre a matemática e a ciência natural. Para um estudo sobre as ciências intermediárias, ver: NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. *De Tomás de Aquino a Galileu*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1998.

⁶ Segundo Tomás, a lógica e a matemática contêm as setes artes liberais e são introdutórias à filosofia, pois a lógica contém o trívio, que contém a gramática, a lógica e a retórica, ao passo que a matemática contém o quadrívio, que contém a aritmética, a geometria, a música e a astronomia. Para um estudo sobre as artes liberais em Tomás de Aquino, ver: ASHLEY, Benedict; CONWAY, Pierre. *The liberal arts in St. Thomas Aquinas*. Washington, D.C.: The Thomist Press, 1959. Tomás também fala da mesma ordem do aprendizado das ciências filosóficas no *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 6, lição 7 e no *Comentário ao Livro Das Causas*, proêmio.

O artigo 2 da questão 5 pergunta: a ciência natural trata do que é no movimento e na matéria?

[**Texto**] *Sed contra.* Cabe à ciência natural determinar a respeito das coisas naturais. Ora, as coisas naturais são as em que há princípio de movimento. Mas, onde quer que haja movimento é preciso que haja matéria, como se diz no livro IX da *Metafísica*. Portanto, a ciência natural trata do que é no movimento e na matéria.

Ademais. É preciso que haja alguma ciência especulativa a respeito do que é na matéria e no movimento; do contrário, a transmissão da filosofia, que é o conhecimento do ente, não seria perfeita. Ora, nenhuma outra ciência especulativa trata disto, pois nem a matemática nem a metafísica o fazem. Portanto, a ciência natural trata disto.

Ademais. Isto é patente a partir do que diz o Filósofo no livro VI da *Metafísica* e no livro II da *Física*.

[**Texto**] Resposta. É preciso dizer que, por causa da dificuldade desta questão, Platão foi obrigado a afirmar as ideias. Pois, como diz o Filósofo no livro I da *Metafísica*, crendo que todos os sensíveis estão sempre em fluxo, de acordo com a opinião de Crátilo e Heráclito e, assim, julgando que não pode haver ciência a respeito deles, afirmou certas substâncias separadas dos sensíveis, a respeito das quais tratariam as ciências e seriam dadas as definições. Ora, ocorre aqui uma falha pelo fato de que não distinguiu o que é por si do que é de acordo com o acidente; assim, de acordo com o acidente, falham frequentemente até os sábios, como se diz no livro I dos *Elencos*.

Comentário: Platão foi um sábio, mas errou ao tratar dessa questão. Pois ele julgou que não é possível haver ciência a respeito de coisas sensíveis que estão sempre em fluxo. Assim, ele postulou as ideias, que seriam substâncias separadas das coisas sensíveis, e as ciências versariam sobre elas. Ele errou porque não distinguiu entre o essencial (por si) e o acidental.

[**Texto**] Ora, como se prova no livro VII da *Metafísica*, visto na substância sensível encontrar-se o próprio todo, isto é, o composto, e a noção, isto é, sua forma, por si gera-se e corrompe-se o composto, mas não a noção ou forma, mas apenas accidentalmente. “De fato, não se faz a casa ser”, como se diz no mesmo lugar, “mas esta casa”. Ora, o que quer que seja pode ser considerado sem tudo o que não se refere a ele por si; assim, as formas e noções, ainda que sejam de coisas existentes em movimento, na medida em que são consideradas em si, são sem movimento. É assim que dizem-lhes respeito as ciências e as definições como o Filósofo diz no mesmo lugar. Pois, as ciências das substâncias sensíveis não se baseiam sobre o conhecimento de algumas substâncias separadas dos sensíveis, como se prova no mesmo lugar.

Comentário: uma substância sensível consiste no composto e na sua noção (forma). Quando ela é gerada ou se corrompe, o composto é gerado ou corrompido essencialmente (por si), mas a noção (forma) é gerada ou corrompida acidentalmente. As noções existem em coisas que existem em movimento, mas, quando tais noções são consideradas em si mesmas, não têm movimento. Então, é possível haver ciência das substâncias sensíveis, na medida em que as noções forem consideradas em si mesmas. E portanto as ciências das substâncias sensíveis não versam sobre substâncias separadas das coisas sensíveis. Isso fica claro a partir de Aristóteles.

[Texto] As noções deste tipo, que as ciências que tratam das coisas consideram, são consideradas sem movimento; assim, é preciso que sejam consideradas sem aquilo de acordo com o que cabe o movimento às coisas móveis. Ora, como todo movimento é medido pelo tempo e o primeiro movimento seja o movimento local, o qual removido, nenhum outro movimento se encontra, é preciso que algo seja móvel na medida em que é aqui e agora; ora, isto acompanha a própria coisa móvel, na medida em que é individuada pela matéria existente sob dimensões indicadas. Donde, é preciso que tais noções, de acordo com as quais as ciências podem tratar das coisas móveis, sejam consideradas sem a matéria indicada, e sem tudo o que se segue à matéria indicada, mas não sem a matéria não indicada, pois de sua noção depende a noção da forma que determina para si uma matéria. Por isso, a noção de ente humano, que a definição indica e de acordo com a qual a ciência argumenta, é considerada sem estas carnes e sem estes ossos, mas não sem as carnes e os ossos de modo absoluto. Visto que os singulares incluem na sua noção a matéria indicada e os universais a matéria comum, como se diz no livro VII da *Metafísica*, por isso a supracitada abstração não é denominada da forma em relação à matéria de modo absoluto, mas do universal em relação ao particular. Tais noções assim abstraídas podem, portanto, ser consideradas de dois modos. De um modo, de acordo com elas próprias e, assim, são consideradas sem movimento e matéria indicada, e isto não se encontra nelas senão de acordo com o ser que têm no intelecto. De outro modo, na medida em que se referem às coisas das quais são noções, as quais coisas são na matéria e no movimento. E, assim, são princípios para conhecê-las, pois toda coisa é conhecida pela sua forma. Deste modo, através de tais noções imóveis e consideradas sem matéria particular, tem-se conhecimento na ciência natural das coisas móveis e materiais existentes fora da alma.

Comentário: as noções das coisas móveis, que pertencem à ciência natural, são consideradas sem o movimento. Assim, tais noções não consideram a matéria sensível particular (indicada). No entanto, elas precisam considerar a matéria sensível comum (não indicada). Por exemplo, a noção de ente humano, que pertence à ciência, é considerada sem as carnes e os ossos de uma pessoa individual, mas não sem as carnes e os ossos em geral. Portanto, a ciência natural abstrai o universal

em relação ao particular, e não a forma em relação à matéria em geral. A noção que é assim abstraída pode ser considerada de dois modos. Primeiro, em si mesma, e assim é considerada sem movimento e sem matéria indicada, e só existe assim no intelecto. Segundo, como princípio para conhecer as coisas móveis e materiais, referindo-se a estas coisas.

[**Texto**] Terceira objeção. Na ciência natural, trata-se do primeiro motor, como é patente no livro VIII da *Física*. Ora, ele é imune de toda matéria. Portanto, a ciência natural não trata apenas do que é na matéria.

[**Texto**] Resposta à terceira objeção. Ao terceiro, é preciso dizer que, na ciência natural não se trata do primeiro motor como de seu sujeito ou de parte do sujeito, mas como do termo ao qual a ciência natural conduz. Ora, o termo não pertence à natureza da coisa da qual é termo, mas tem alguma relação para com esta coisa, assim como o termo da linha não é linha, mas tem para com ela alguma relação. Assim também o primeiro motor é de outra natureza que as coisas naturais; tem, no entanto, para com elas alguma relação, na medida em que lhes imprime o movimento, e assim cai na consideração da ciência natural, quer dizer, não por si mesmo, mas na medida em que é motor.

Comentário: esse texto é bem claro por si só.

O artigo 3 da questão 5 pergunta: a consideração matemática trata, sem matéria, do que tem ser na matéria?

[**Texto**] Assim, portanto, o intelecto distingue um do outro, de diferentes maneiras, de acordo com as diversas operações, pois, de acordo com a operação pela qual compõe e divide, distingue um do outro pelo fato de que intelige que um não está no outro; porém, na operação pela qual intelige o que é cada qual, distingue um do outro na medida em que intelige o que é isto, nada inteligindo de outro, nem que seja com ele, nem que seja separado dele; daí, esta distinção não ter propriamente o nome de separação, mas apenas a primeira. Esta distinção é corretamente chamada de abstração, mas apenas quando aquilo que é inteligido sem o outro está junto com ele de acordo com a coisa. De fato, não se diz que o animal é abstraído da pedra se for inteligido sem a intelecção da pedra. Daí, não podendo haver abstração, propriamente falando, senão do unido no ser, de acordo com os dois modos de união supracitados, isto é, pelo qual a parte e o todo se unem ou a forma e a matéria, há uma dupla abstração, uma pela qual a forma é abstraída da matéria e a outra pela qual o todo é abstraído das partes.

Comentário: há duas operações intelectuais. A primeira distingue um do outro, inteligindo que um não está no outro, e esta é chamada de separação. A segunda intelige o que é cada qual, nada inteligindo de outro, nem que seja com ele, nem

que seja separado dele, e esta é chamada de abstração, quando intelige sem o outro aquilo que existe com o outro. E há dois tipos de abstração: uma pela qual a forma é abstraída da matéria, e outra pela qual o todo é abstraído das partes.

[Texto] Ora, a forma que pode ser abstraída de alguma matéria é aquela cuja noção da essência não depende de tal matéria; mas, a forma não pode ser abstraída pelo intelecto daquela matéria da qual depende de acordo com a noção de sua essência; donde, como todos os acidentes se acrescentam à substância-sujeito como a forma à matéria e a noção de qualquer acidente depende da substância, é impossível que alguma forma deste tipo seja separada da substância. Mas, os acidentes sobrevêm à substância numa certa ordem: pois, primeiro, lhe advém a quantidade, depois a qualidade, depois as afecções e o movimento. Donde, a quantidade poder ser inteligida na matéria-sujeito antes que se intelijam nela as qualidades sensíveis pelas quais é denominada matéria sensível; deste modo, no que diz respeito à noção de sua substância, a quantidade não depende da matéria sensível, mas apenas da matéria inteligível. De fato, removidos os acidentes, a substância não permanece comprehensível senão ao intelecto, pelo fato de que as potências sensíveis não alcançam até a comprehensão da substância. A matemática, que considera as quantidades e o que acompanha as quantidades, como as figuras e assemelhados, trata destes abstratos.

Comentário: aquela forma, cuja noção não depende da matéria, pode ser abstraída da matéria, mas aquela forma, cuja noção depende da matéria, não pode ser abstraída. Os acidentes, que são como formas, não podem ser abstraídos da substância, que é como matéria, pois a noção de qualquer acidente depende da substância. Porém, a quantidade é o primeiro acidente que sobrevém à substância. Por isso, ela pode ser inteligida antes que as qualidades sensíveis sejam inteligidas, pois ela não depende da matéria sensível, mas apenas da matéria inteligível. A matemática considera as quantidades e o que acompanha as quantidades, como as figuras.

[Texto] Também o todo não pode ser abstraído de quaisquer partes. Há, de fato, algumas partes das quais a noção do todo depende, quer dizer, quando o ser para tal todo equivale a ser composto por tais partes, como a sílaba se porta para com as letras e o misto para com os elementos; tais partes, sem as quais o todo não pode ser inteligido, pois entram na sua definição, são chamadas de partes da espécie e da forma. Há, porém, certas partes que são accidentais ao todo enquanto tal, como o semicírculo se porta para com o círculo. De fato, é accidental ao círculo que se tomem dele, por divisão, duas partes iguais ou desiguais, ou mesmo em maior número; mas, não é accidental ao triângulo que nele se disponham três linhas, pois é por isto que o triângulo é triângulo. Do mesmo modo, também cabe por si ao ente humano que se encontrem nele uma alma racional e um corpo composto dos

quatro elementos; daí, o ente humano não poder ser inteligido sem estas partes e ser preciso colocá-las em sua definição; donde, serem partes da espécie e da forma. No entanto, o dedo, o pé, a mão e outras partes semelhantes são posteriores à intelecção do ente humano; donde, a determinação essencial do ente humano não depender delas; assim, pode ser inteligido sem elas. De fato, quer tenha pés ou não, contanto que se dê um composto de alma racional e de corpo misto de elementos com a mistura própria, requerida por tal forma, será um ente humano. Estas partes que não entram na definição do todo, mas antes o contrário, são denominadas partes da matéria. Todas as partes indicadas, como por exemplo, esta alma, este corpo, esta unha, este osso e semelhantes, portam-se deste modo para com o ente humano. De fato, estas são efetivamente partes da essência de Sócrates e de Platão, não porém do ente humano na medida em que é ente humano; daí o ente humano poder ser abstraído pelo intelecto de tais partes e tal abstração é a do universal em relação ao particular.

Comentário: a noção de um todo pode ser abstraída a partir das partes que pertencem essencialmente (por si) ao todo, mas não pode ser abstraída a partir das partes que pertencem accidentalmente ao todo. Por exemplo, a noção de ente humano não pode ser abstraída a partir das partes particulares (indicadas) de uma pessoa individual, mas pode ser abstraída a partir das partes essenciais, como a alma racional e um corpo composto dos quatro elementos. Essa abstração essencial é chamada de abstração do universal em relação ao particular.

[**Texto**] Há, assim, duas abstrações do intelecto: uma corresponde à união da forma e da matéria ou do acidente e do sujeito; é a abstração da forma da matéria sensível; outra, que corresponde à união do todo e da parte; a esta corresponde a abstração do universal do particular que é a abstração do todo – na qual se considera de maneira absoluta alguma natureza de acordo com sua noção – de todas as partes que não são partes da espécie, mas são partes accidentais. Não se encontram, porém, abstrações opostas a estas, pelas quais a parte seja abstraída do todo ou a matéria da forma; pois, a parte, ou não pode ser abstraída do todo pelo intelecto, se for das partes da matéria em cuja definição entra o todo, ou então pode ser sem o todo, se for das partes da espécie, como a linha sem o triângulo ou a letra sem a sílaba ou o elemento sem o misto.

Comentário: há duas abstrações intelectuais. A primeira é a abstração da forma em relação à matéria sensível, que pode corresponder também à união do acidente e do sujeito. A segunda é a abstração do universal em relação ao particular, que é a abstração do todo. Esta abstração considera uma natureza de modo absoluto, sem as partes accidentais.

[Texto] Ora, naquilo que pode ser dividido de acordo com o ser, antes tem lugar a separação do que a abstração. Igualmente, quando dizemos que a forma é abstraída da matéria, não se entende acerca da forma substancial porque a forma substancial e a matéria que lhe corresponde dependem uma da outra, de tal modo que uma não pode ser inteligida sem a outra, pelo fato de que o ato próprio se dá na matéria própria; entende-se, no entanto, acerca da forma accidental, que é a quantidade e a figura, da qual a matéria sensível não pode ser abstraída pelo intelecto, visto que as qualidades sensíveis não podem ser inteligidas se a quantidade não for pré-inteligida, como é patente no caso da superfície e da cor; nem se pode inteligir que há sujeito de movimento que não seja inteligido como quantificado. Mas, a substância, que é a matéria inteligível da quantidade, pode ser sem a quantidade; donde, considerar a substância sem a quantidade pertence antes ao gênero da separação do que ao da abstração.

Comentário: a respeito das coisas que podem ser divididas em sua existência, falamos de separação. Quando dizemos que uma forma é abstraída da matéria (ou é considerada sem a matéria), não queremos dizer que a forma substancial é considerada sem a matéria, porque neste caso uma depende da outra e uma não pode ser inteligida sem a outra. Mas uma forma pode ser abstraída da matéria (ou ser considerada sem a matéria), quando falamos da forma accidental que consiste na quantidade (e na figura), que tem uma existência na matéria sensível, mas pode ser considerada sem a matéria sensível, e apenas com a matéria inteligível, que é a substância. No entanto, é possível que a substância exista sem a quantidade. Então, considerar tal substância sem a quantidade é uma separação e não uma abstração.

[Texto] Encontra-se, portanto, uma tríplice distinção na operação do intelecto: uma, de acordo com a operação do intelecto que compõe e divide, que é chamada propriamente de separação; esta compete à ciência divina ou metafísica; outra, de acordo com a operação pela qual são formadas as quididades das coisas, que é a abstração da forma da matéria sensível; esta compete à matemática; a terceira, de acordo com esta mesma operação, [que é a abstração] do universal do particular; esta compete à física e é comum a todas as ciências, porque em toda ciência deixa-se de lado o que é accidental e toma-se o que é por si. Alguns, como os pitagóricos e os platônicos, por não terem entendido a diferença das duas últimas em relação à primeira, caíram no erro, sustentando [entidades] matemáticas e universais separados dos sensíveis.

Comentário: existem três operações intelectuais. A primeira é chamada de separação e pertence à metafísica. A segunda é chamada de abstração da forma a partir da matéria sensível (não considerando a matéria sensível) e consiste em formar as quididades das coisas, e pertence à matemática. E a terceira é chamada de abstração do universal a partir do particular e consiste em considerar o que é

essencial (por si) e desconsiderar o acidental, e pertence à física, e também a todas as ciências, pois todas fazem o mesmo. Os pitagóricos e os platônicos erraram, porque não entenderam a diferença entre essas três operações intelectuais e postularam entidades matemáticas separadas das coisas sensíveis⁷.

O artigo 4 da questão 5 pergunta: a ciência divina trata das coisas separadas do movimento e da matéria?

[Texto] *Sed contra*, o Filósofo diz no livro VI da *Metafísica* que a “filosofia primeira se ocupa do que é separável”, quer dizer, da matéria, “e imóvel”. Ora, a filosofia primeira é a ciência divina, como se diz no mesmo lugar. Portanto, a ciência divina é abstraída da matéria e do movimento.

Ademais. A ciência nobilíssima ocupa-se dos entes nobilíssimos. Ora, a ciência divina é nobilíssima. Como, pois, os entes imateriais e imóveis são nobilíssimos, a ciência divina se ocupará deles.

Ademais. O Filósofo diz no princípio da *Metafísica* que a ciência divina se ocupa dos primeiros princípios e causas. Ora, estes são imateriais e imóveis. Portanto, a ciência divina se ocupa de algo deste tipo.

[Texto] Resposta. É preciso dizer, que para o esclarecimento desta questão é necessário saber qual ciência deve ser chamada de ciência divina. Ora, é preciso saber, que qualquer ciência que considera algum gênero-sujeito, é necessário que considere os princípios deste gênero, pois a ciência não se perfaz senão pelo conhecimento dos princípios, como é patente pelo Filósofo no princípio da *Física*. Ora, há dois gêneros de princípios. De fato, há alguns que, tanto são em si mesmos certas naturezas completas como não menos são princípios de outros, como os corpos celestes são certos princípios dos corpos inferiores e os corpos simples, dos corpos mistos; desse modo, estes não são considerados somente nas ciências na medida em que são princípios, mas também na medida em que são certas coisas em si mesmos. Por isso, não se trata deles somente na ciência que considera aquilo que é principiado, mas também têm por si uma ciência separada, assim como uma certa parte da ciência natural, distinta daquela em que se determina acerca dos corpos inferiores, trata dos corpos celestes, e distinta daquela na qual se trata dos corpos mistos, uma acerca dos elementos. Há, porém, certos princípios que não são em si mesmos naturezas completas, mas somente princípios de naturezas; assim como a unidade do número, o ponto da linha e a forma e a matéria do corpo físico; donde, princípios deste tipo não serem tratados senão na ciência em que se trata do que é principiado.

⁷ Segundo Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento e Leo Elders, o texto desse artigo 3 está em perfeita coerência com o texto da *Suma de Teologia*, I, q. 85, a. 1, ad 1, e ad 2, porque em ambos os lugares Tomás fala de três operações intelectuais que são correspondentes entre si. Ver: AQUINO, Tomás de. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio: Questões 5 e 6*. Tradução e Introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, pp. 37-42; ELDERS, Leo. *Faith and science: An introduction to St. Thomas' Expositio in Boethii De Trinitate*. Roma: Herder, 1974, pp. 105-107.

Comentário: toda ciência versa sobre um gênero-sujeito. Porém, uma ciência só se aperfeiçoa na medida em que investiga os princípios de seu gênero-sujeito. No entanto, há dois tipos de princípios. Alguns princípios são naturezas completas em si mesmas e são princípios de outras coisas, assim como os corpos celestes são princípios dos corpos inferiores. Por serem assim, esses princípios são tratados na ciência que versa sobre aquilo que é principiado e também em uma ciência separada, assim como há uma ciência que versa sobre os corpos celestes e outra que trata dos corpos inferiores. Mas há outros princípios que não são naturezas completas em si mesmas, mas apenas são princípios de naturezas, assim como a forma e a matéria são princípios do corpo físico. Por serem assim, esses princípios são tratados apenas na ciência que versa sobre o que é principiado.

[Texto] No entanto, assim como há certos princípios comuns de cada gênero determinado, que se estendem a todos os princípios daquele gênero, assim também todos os entes, na medida em que se reúnem no ente, têm certos princípios que são princípios de todos os entes. Ora, estes princípios podem ser chamados de comuns de dois modos, de acordo com Avicena na sua *Suficiência*. De um modo, por predicação, como se digo o seguinte: “a forma é comum a todas as formas”, porque predica-se de qualquer delas. De outro modo, por causalidade, assim como dizemos que o Sol, numericamente uno, é princípio para tudo que pode ser gerado. Ora, há princípios comuns de todos os entes, não somente de acordo com o primeiro modo – o que o Filósofo denomina no livro XI da *Metafísica*, como “todos os entes terem os mesmos princípios de acordo com a analogia” –, mas também de acordo com o segundo modo, de tal maneira que haja certas coisas numericamente as mesmas, que se apresentam como princípios de todas as coisas, na medida em que os princípios dos acidentes se reduzem aos princípios da substância, os princípios das substâncias corruptíveis se reduzem às substâncias incorruptíveis; e assim, todos os entes se reduzem, por meio de certa graduação e ordem, a certos princípios. E, visto ser preciso que aquilo que é o princípio de ser para tudo seja ente ao máximo, como se diz no livro II da *Metafísica*, assim é preciso que tais princípios sejam perfeitíssimos; por isso, é preciso que estejam em ato ao máximo, de tal modo que não tenham nada ou apenas o mínimo de potência, pois o ato é anterior à potência e mais potente que esta, como se diz no livro IX da *Metafísica*; por isso, é preciso que eles sejam sem matéria, que é em potência, e sem movimento, que é o ato do que se apresenta em potência. Deste tipo são as coisas divinas, “pois, se o divino se apresenta em alguma parte, em tal natureza” imaterial e imóvel “apresenta-se” ao máximo, como se diz no livro VI da *Metafísica*. Portanto, tais coisas divinas, visto serem princípios de todos os entes, e não obstante, serem em si naturezas completas, podem ser tratadas de dois modos: de um modo, na medida em que são princípios comuns de todos os entes; de outro modo, na medida em que são em si certas coisas.

Comentário: todo gênero tem seus princípios comuns. Portanto, os entes também têm seus princípios comuns, que são os princípios de todos os entes. Mas esses princípios podem ser chamados de comuns de dois modos. De um modo, por predicação (quando por exemplo se diz que a forma é comum a todas as formas), e de outro modo por causalidade (quando por exemplo se diz que o sol, uma coisa singular, é princípio de tudo o que pode ser gerado). Os princípios comuns de todos os entes podem ser ditos comuns dos dois modos. São ditos comuns por predicação, porque, como diz Aristóteles, todos os entes têm os mesmos princípios de acordo com a analogia. E são ditos comuns por causalidade, pois existem certas coisas singulares que são os princípios de todas as coisas, assim como os princípios dos acidentes se reduzem aos princípios da substância, os princípios das substâncias corruptíveis se reduzem aos princípios das substâncias incorruptíveis, e todos os entes se reduzem, por uma ordenação, a certos princípios. Mas é necessário que aquilo que é princípio de ser de todos seja ente ao máximo, perfeitíssimo, e que esteja em ato ao máximo. Então, tal coisa deve existir sem matéria e sem movimento. As coisas divinas são assim. Como elas são princípios de todos os entes e são naturezas completas em si mesmas, podem ser tratadas de dois modos: como princípios comuns de todos os entes, e como certas coisas em si mesmas.

[**Texto**] Ora, visto que, embora tais princípios primeiros sejam em si conhecidos ao máximo, nosso intelecto se porta para com eles como o olho da coruja para com a luz do Sol, como se diz no livro II da *Metafísica*, não podemos chegar a eles, pela luz da razão natural, senão na medida em que somos conduzidos a eles pelos efeitos. Os filósofos chegaram a eles deste modo, o que é patente em *Romanos* 1, 20: “O que é invisível de Deus, é divisado pela intelecção do que foi feito”; daí também, tais coisas divinas não serem tratadas pelos filósofos, senão na medida em que são princípios de todas as coisas; assim, são tratadas naquela doutrina na qual está contido tudo que é comum a todos os entes, que tem por sujeito o ente na medida em que é ente. Esta ciência é chamada entre eles ciência divina. Há, no entanto, outro modo de conhecer tais coisas, não na medida em que são manifestadas pelos efeitos, mas na medida em que elas próprias se manifestam a si mesmas. O Apóstolo apresenta este modo em I *Coríntios* 2, 11 ss.: “O que é de Deus, ninguém conheceu senão o Espírito de Deus. Nós, porém, recebemos, não o espírito deste mundo, mas o Espírito que provém de Deus, para que conheçamos”; e no mesmo lugar: “A nós, porém, Deus revelou pelo seu Espírito”. Deste modo, são tratadas as coisas divinas, na medida em que subsistem em si mesmas e não somente na medida em que são princípios das coisas.

Comentário: esses princípios primeiros são os mais evidentes em si mesmos, mas, como diz Aristóteles, o nosso intelecto se dirige a eles como o olho da coruja se dirige para a luz do sol. Ou seja, a luz da razão natural só pode chegar a eles na medida em que é conduzida a eles pelos efeitos deles, que são as coisas criadas. As coisas divinas são tratadas pelos filósofos apenas na medida em que elas são princípios de todas as coisas, e isso é feito na ciência que eles chamam de ciência divina, que versa sobre o que é comum a todos os entes e tem por sujeito o ente enquanto ente. No entanto, há outro modo de conhecer as coisas divinas. Esse modo consiste em conhecê-las na medida em que elas próprias se manifestam a si mesmas, ou seja, na medida em que subsistem em si mesmas e não apenas enquanto são princípios das coisas.

[**Texto**] Há, portanto, uma dupla teologia ou ciência divina: uma, na qual as coisas divinas são consideradas não como sujeito de ciência, mas como princípios do sujeito e tal é a teologia que os filósofos expõem e que, com outro nome, é chamada de metafísica; outra, que considera as próprias coisas divinas por si mesmas, como sujeito de ciência e esta é a teologia que é transmitida na Sagrada Escritura. Ambas tratam do que é separado da matéria e do movimento no que respeita ao ser, mas diversamente, na medida em que algo pode estar separado da matéria e do movimento no que respeita ao ser, de dois modos: de um modo, de maneira que caiba à noção da própria coisa que é chamada de separada não poder ser de maneira nenhuma na matéria e no movimento, assim como Deus e os anjos são denominados separados da matéria e do movimento; de outro modo, de maneira que não caiba à sua noção o ser na matéria e no movimento, mas possa ser sem matéria e movimento, embora às vezes se encontre na matéria e no movimento e, deste modo, o ente, a substância, a potência e o ato são separados da matéria e do movimento, pois, no que respeita ao ser, não dependem da matéria e do movimento, como o que é de caráter matemático dependia, o qual não pode ser nunca, a não ser na matéria, embora possa ser inteligido sem a matéria sensível. Portanto, a teologia filosófica determina acerca do que é separado, do segundo modo, como acerca dos sujeitos, mas do separado, do primeiro modo, como acerca dos princípios do sujeito; a teologia da Sagrada Escritura, porém, trata do que é separado, do primeiro modo, como acerca dos sujeitos, embora nela seja tratado algo que é na matéria e no movimento, na medida em que a manifestação das coisas divinas o requer.

Comentário: há dois tipos de teologia ou ciência divina. Uma trata das coisas divinas não como o sujeito da ciência, mas como princípios do sujeito, e essa é a teologia ou metafísica tida pelos filósofos. A outra trata das coisas divinas em função de si mesmas, como sendo o sujeito da ciência, e essa é a teologia transmitida na Sagrada Escritura. Ambas tratam do que existe separado da matéria e do movimento, mas cada uma faz isso de um modo diferente. De um modo, quando a noção da coisa

separada corresponde a não poder existir de nenhuma maneira na matéria e no movimento, como Deus e os anjos são ditos separados da matéria e do movimento. E de outro modo, quando a noção da coisa separada corresponde a não existir na matéria e no movimento, mas às vezes poder se encontrar na matéria e no movimento, como o ente, a substância, a potência e o ato não dependem da matéria e do movimento para existir (o que é diferente das coisas matemáticas, que só existem na matéria, mas podem ser inteligidas sem a matéria sensível). É de dois modos que a teologia filosófica trata do que é separado: do segundo modo, trata dos sujeitos, e do primeiro modo, trata dos princípios do sujeito. A teologia da Sagrada Escritura usa o primeiro modo para tratar do que é separado, mas também pode tratar de algo que exista na matéria e no movimento, na medida em que isso for requerido.

O artigo 1 da questão 6 pergunta: é conveniente aplicar-se raciocinativamente aos assuntos naturais?

[**Texto**] Resposta. É preciso dizer, em relação à primeira pergunta, que algum procedimento, pelo qual se procede nas ciências, é dito raciocinativo de três modos. De um primeiro modo, por parte dos princípios, a partir dos quais se procede, como quando alguém procede à prova de algo a partir das obras da razão, tais como o gênero, a espécie, o oposto e intenções semelhantes que os lógicos consideram; [...].

Um procedimento é dito racional, de outro modo, a partir do termo no qual se detém no procedimento. [...]

Algum procedimento é dito racional, de um terceiro modo, a partir da potência racional, isto é, na medida em que, no próprio procedimento, seguimos o modo próprio da alma racional no conhecer; é assim que o procedimento raciocinativo é próprio da ciência natural. Com efeito, a ciência natural guarda nos seus procedimentos o modo próprio da alma racional quanto ao seguinte. Primeiro, quanto ao fato de que, assim como a alma racional recebe o conhecimento dos inteligíveis (que são mais conhecidos de acordo com a natureza) a partir dos sensíveis (que são mais conhecidos quanto a nós), também a ciência natural procede a partir do que é mais conhecido quanto a nós e menos conhecido de acordo com a natureza, como é patente no livro I da *Física*; e a demonstração que se realiza pelo sinal ou pelo efeito é utilizada sobretudo na ciência natural. Segundo, porque como cabe à razão discorrer de um para o outro, isto se observa sobretudo na ciência natural, onde, a partir do conhecimento de uma coisa, chega-se ao conhecimento de outra, assim como a partir do conhecimento do efeito ao conhecimento da causa. E não se passa apenas de um a outro de acordo com a noção, mas que não é outro de acordo com a coisa, assim como se, a partir de animal se passa a homem. De fato, nas ciências matemáticas procede-se apenas pelo que pertence à essência da coisa, visto demonstrarem apenas pela causa formal; por isso, não se demonstra nelas

algo de uma coisa por outra coisa, mas pela definição própria daquela coisa. Com efeito, embora se deem algumas demonstrações a respeito do círculo a partir do triângulo ou reciprocamente, isto não se dá senão na medida em que o triângulo está em potência no círculo e reciprocamente. Ora, na ciência natural, na qual se faz demonstração pelas causas extrínsecas, prova-se algo de uma coisa por outra coisa totalmente extrínseca; assim, observa-se o método da razão sobretudo na ciência natural e, por isso, a ciência natural é, entre as demais, a que é mais conforme com o intelecto do ente humano. Atribui-se, portanto, o proceder raciocinativamente à ciência natural, não porque seja adequado somente a ela, mas porque lhe cabe principalmente.

Comentário: o modo de proceder da ciência natural pode ser chamado de raciocinativo, a partir da potência racional, porque no modo de proceder desta ciência nós seguimos o modo próprio do alma racional no conhecer. Isso pode se dar de dois modos. Primeiro, na medida em que a ciência natural parte do que é mais conhecido quanto a nós para o que é mais conhecido de acordo com a natureza, fazendo demonstrações que são realizadas pelo sinal sensível ou efeito sensível a fim de conhecer as coisas inteligíveis. Segundo, na medida em que a razão passa de uma coisa para a outra, partindo do conhecimento do efeito para o conhecimento da causa. Na matemática, passa-se de uma coisa para a outra, mas isso é feito apenas por meio da demonstração que usa a causa formal, que usa apenas a definição essencial da coisa, ou seja, elementos da definição da coisa. Porém, a ciência natural faz demonstração por meio das causas extrínsecas, que passa de uma coisa para outra coisa que é totalmente extrínseca. Por essa razão, a ciência natural é, de todas as ciências especulativas, aquela que é mais conforme com o intelecto humano. Ademais, o seu modo de proceder não é exclusivo dela, mas pertence principalmente a ela.

PROÊMIO AO COMENTÁRIO À METAFÍSICA DE ARISTÓTELES

[**Texto**] Como ensina o Filósofo em seus escritos políticos, quando vários são ordenados a algo, é necessário que um deles seja regulador ou diretor e os demais, regulados ou dirigidos. Isto, em verdade, é manifesto na união da alma e do corpo, pois, naturalmente, a alma ordena e o corpo obedece. Ocorre o mesmo com as potências da alma, pois o irascível e o concupiscível são, por ordem natural, dirigidos pela razão. Ora, todas as ciências e técnicas ordenam-se a algo de uno, isto é, à perfeição do homem que é a sua felicidade. Donde, ser necessário que uma delas seja ordenadora de todas as outras, a qual reivindica com razão o nome de sabedoria, pois compete ao sábio ordenar os demais.

Comentário: todas as ciências e técnicas são ordenadas à perfeição do homem, e esta é a felicidade. A ciência que ordena todas as outras ciências é aquela chamada de sabedoria.

[**Texto**] Se examinarmos diligentemente como alguém é idôneo para dirigir, poderemos descobrir qual seja esta ciência e a respeito do que versa. Pois, como diz o Filósofo no livro acima citado, da mesma maneira como os homens intelectualmente bem dotados são naturalmente chefes e senhores dos demais, e os homens de corpo robusto, mas deficientes quanto à inteligência, são naturalmente servos; assim também, a ciência que é intelectual ao máximo deve ser ordenadora de todas. Esta, porém, é aquela que versa sobre o que é mais inteligível.

Comentário: A ciência que ordena todas as outras é aquela que é intelectual ao máximo e versa sobre as coisas mais inteligíveis.

[**Texto**] Ora, podemos conceber o que é ao máximo inteligível segundo uma tríplice acepção. Primeiro, a partir da ordem da intelecção. Pois, aquilo do que o intelecto adquire certeza é certamente mais inteligível. Donde, como o intelecto adquire a certeza científica a partir das causas, o conhecimento das causas é certamente intelectual ao máximo. Portanto, aquela ciência que considera as primeiras causas é certamente ordenadora ao máximo das outras.

Comentário: o significado da expressão “as coisas mais inteligíveis” pode ser entendido de três modos. Primeiro, a partir da ordem da intelecção, pois as coisas mais inteligíveis são aquelas a partir das quais o intelecto adquire a maior certeza, e o que dá a maior certeza são as causas. Assim, a ciência que estuda as primeiras causas é a ordenadora de todas as outras ciências.

[**Texto**] Em segundo lugar, a partir da comparação do intelecto com os sentidos. Pois, enquanto aos sentidos pertence o conhecimento dos particulares, o intelecto deles difere com certeza por lhe caber compreender os universais. Donde, ser ao máximo intelectual aquela ciência que verse sobre os princípios ao máximo universais. Ora, estes são o ente e o que se lhe segue, como o uno e o múltiplo, a potência e o ato. Ora, estes não devem de forma alguma permanecer indeterminados, pois, sem eles não se pode obter o conhecimento completo do que é próprio a um determinado gênero ou espécie. Nem devem, por outro lado, ser tratados numa determinada ciência particular, pois, como todos os gêneros de ente deles dependem para seu conhecimento, pela mesma razão, seriam tratados em todas as ciências particulares. Donde, resta que sejam tratados numa só ciência comum que, sendo ao máximo intelectual, é reguladora das demais.

Comentário: segundo, a partir da comparação entre o intelecto e os sentidos. Os sentidos conhecem apenas os particulares, mas o intelecto conhece os universais. Assim, a ciência mais intelectual é aquela que versa sobre os princípios mais universais, e estes são, por exemplo, o ente, o uno, o múltiplo, a potência e o ato. É necessário que exista uma ciência que se ocupe exclusivamente dessas coisas, e tal ciência não pode ser uma das ciências particulares, caso contrário todas elas tratariam delas. Portanto, a ciência que versa sobre tais coisas é a reguladora das demais ciências.

[Texto] Em terceiro lugar, a partir do próprio conhecimento do intelecto. Pois, tirando todas as coisas sua potência intelectiva de serem imunes da matéria, é mister serem ao máximo inteligíveis aquelas que são ao máximo separadas da matéria. De fato, é necessário que o inteligível e o intelecto sejam proporcionados e do mesmo gênero, pois, o intelecto e o inteligível são um no ato de intelecção. Ora, é ao máximo separado da matéria aquilo que abstrai totalmente da matéria sensível e não só da matéria singularizada “como as formas naturais tomadas em universal das quais trata a ciência da Natureza”. E não só quanto à concepção, como na matemática, mas quanto ao ser, como Deus e as inteligências. Donde, a ciência que considera tais coisas ser com certeza ao máximo intelectual, primando sobre as demais e dominando-as.

Comentário: terceiro, a partir do próprio conhecimento intelectual. Uma coisa é intelectual na medida em que é imune da matéria, e as coisas mais inteligíveis são aquelas que são mais separadas da matéria. E o intelecto e o seu objeto inteligível são proporcionados um ao outro e pertencem ao mesmo gênero. A ciência natural desconsidera a matéria sensível particular, mas não a matéria sensível comum. A matemática desconsidera a matéria sensível quanto à noção. A ciência que versa sobre coisas que são separadas da matéria sensível quanto ao ser (como Deus e as inteligências) é a mais intelectual e domina as outras ciências.

[Texto] Esta tríplice consideração não deve ser atribuída a diversas ciências, mas a uma única. De fato, as supracitadas substâncias separadas são as causas universais e primeiras de ser. Ora, cabe à mesma ciência considerar as causas próprias de determinado gênero e o próprio gênero, assim como a ciência da Natureza considera os princípios do corpo natural. Donde, ser necessário que à mesma ciência caiba considerar as substâncias separadas e o ente em geral, que é o gênero do qual as supracitadas substâncias são as causas comuns e universais.

Comentário: esses três sentidos são atribuídos a uma mesma ciência. Pois uma mesma ciência precisa estudar o seu gênero (sujeito) e as causas próprias do seu gênero. Por exemplo, a ciência natural estuda o corpo natural e os princípios do corpo natural. Portanto, uma mesma ciência precisa estudar o ente em geral, e as causas do ente em geral, que são as substâncias separadas, que são causas universais e primeiras.

[**Texto**] Disto decorre ser manifesto que, embora esta ciência proceda à tríplice consideração acima, não considera qualquer uma delas como tema de estudo, mas apenas o ente em geral. Pois, de fato, é tema na ciência aquilo cujas causas e propriedades procuramos, não porém as próprias causas do gênero investigado. De fato, o conhecimento das causas de um gênero determinado é o fim ao qual chega a consideração da ciência. Embora o tema desta ciência seja o ente em geral, diz-se ela no seu todo referente ao que é separado da matéria segundo o ser e a concepção, pois, diz-se separado segundo o ser e a concepção não só aquilo que jamais pode ser na matéria, como Deus e as substâncias intelectuais, mas também aquilo que pode ser sem matéria, como o ente em geral. Isto porém não aconteceria se dependesse da matéria quanto ao ser.

Comentário: o gênero (sujeito) da metafísica é apenas o ente em geral. O conhecimento das causas de um gênero é o fim ao qual o estudo feito pela ciência chega. A metafísica versa sobre tudo o que é separado da matéria segundo o ser e segundo a noção, incluindo coisas que jamais existem na matéria, como Deus e as substâncias intelectuais, e aquilo que pode existir sem matéria, como o ente em geral.

[**Texto**] Portanto, esta ciência recebe três nomes a partir da tríplice consideração supracitada da qual provém sua perfeição. É denominada ciência divina ou teologia na medida em que considera as substâncias separadas. Metafísica, na medida em que considera o ente e o que lhe é consequente. Pois, o que é transfísico se encontra na marcha analítica do pensamento como o que é mais geral após o menos geral. É denominada filosofia primeira, na medida em que considera as causas primeiras das coisas. Fica, portanto, explicado qual seja o tema desta ciência, como se relaciona com as demais ciências e por que nome é denominada.

Comentário: a partir da tríplice consideração feita acima, que mostra a perfeição da metafísica, esta ciência recebe três nomes. É chamada de ciência divina ou teologia, porque considera as substâncias separadas. É chamada de metafísica, pois considera o ente e o que se segue do ente, visto que o transfísico é encontrado pela via da resolução, que parte do que é menos geral para o que é mais geral. E é chamada de filosofia primeira, porque considera as causas primeiras das coisas. Assim, fica claro qual é o sujeito dessa ciência, como ela se relaciona com as outras ciências e como é denominada.

CONCLUSÃO

Para finalizar, acrescentarei apenas algumas considerações feitas por Leo Elders e o dominicano William Kane em seus estudos sobre o *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, na parte em que falam da descoberta do objeto da metafísica.

Leo Elders diz o seguinte⁸. Em muitas ocasiões, Tomás indica que, em certa medida, a alma humana e a questão da existência do Primeiro Motor pertencem à física, como sendo o fim desta ciência e a preparação para a metafísica. Isso significa que a física, quando atinge o seu ponto mais alto, transmite a conclusão de que existe ser imaterial. Quando essa conclusão é alcançada, descobre-se uma nova dimensão, a saber, que o ser não é necessariamente material. Essa descoberta não é uma intuição no sentido de que nós temos uma intuição espontânea do nosso próprio ser; mas ela pode ser chamada de intuição na medida em que nos introduz a um mundo distintamente novo. Por meio desse juízo negativo, nós livramos o ser de sua associação com a matéria. Enquanto não formamos esse juízo, o ser significa uma realidade concreta. Entretanto, quando essa descoberta é feita, a nossa atenção muda da essência material para o ser que dá realidade para as coisas materiais e imateriais. Essa mudança de atenção é promovida pelo fato de que a essência do ser imaterial é desconhecida por nós, de tal maneira que o ser das coisas é agora entendido como aquilo que é mais íntimo, mais formal e mais perfeito. Isso significa que obtemos um novo conceito de ser, que é diferente daquele do *ens primum cognitum*. Esse novo conceito é o resultado de uma revolução purificadora pela qual começamos a entender o que é o ser. Tomás, adotando um termo cunhado por Avicena e frequentemente usado por Alberto Magno, o chama de *ens*, ou *ens commune*. Esse *ens commune* [ente em geral] aparentemente é o ser das coisas deste mundo, mas repensado e revisitado: depois que descobrimos que existe ser imaterial, obtemos uma ferramenta pela qual podemos entender melhor o ser, isto é, os conteúdos comuns de toda a realidade. Porém, deve-se indicar que Deus não está contido nesse *ens commune*: Tomás consistentemente distingue entre esse primeiro passo constitutivo da metafísica e uma próxima manobra, que é o estudo da causa do ser.

E William Kane diz o seguinte⁹. Com relação à metafísica, Tomás fala de separação e não de abstração. A questão inicial que importa é se todos os seres são sensíveis e materiais, e se existem também seres imateriais. Se todos os seres são materiais, então a física ou ciência natural é a Filosofia Primeira e não há necessidade da metafísica. Não se podem multiplicar as ciências sem razão suficiente, e não há razão para uma ciência se não existe objeto para ela. Se não existe objeto, não há dificuldades para resolver, e não há princípios especiais para resolvê-las. Os princípios de uma ciência são os princípios das coisas que são consideradas na ciência, porque as coisas existem e são entendidas através de seus princípios. Se toda a realidade é material, então todas as questões sobre o todo devem ser resolvidas por princípios físicos. Elas não podem ser resolvidas por princípios matemáticos, pois estes não são princípios do todo, mas apenas da parte. Mas se existem seres imateriais, então a física não é a

⁸ Ver: ELDERS, Leo. *Faith and science: An introduction to St. Thomas' Expositio in Boethii De Trinitate*. Roma: Herder, 1974, pp. 107-108.

⁹ Ver: KANE, William H. Abstraction and the distinction of the sciences. *The Thomist*, v. 17, n. 1, 1954, pp. 61-62.

história toda, nem a parte principal. Na física, nós provamos que existe um Primeiro Motor, e que a alma intelectiva é um princípio de operações imateriais, e então sabemos que existem seres que não são coisas materiais. O objeto metafísico não é obtido por abstração, mas pressupõe uma separação preliminar entre seres imateriais e seres materiais. Depois disso, podemos compreender esses dois na unidade do conceito único de ser, que pode se referir ao material ou ao imaterial, e que pode ser entendido através de seus próprios princípios de ato e potência, essência e existência, e pode ter suas próprias propriedades e relações, consideradas em seus aspectos puramente inteligíveis como modos de ser. Esse conceito de ser tem validez objetiva porque se funda na distinção real entre seres materiais e seres imateriais.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio: Questões 5 e 6*. Tradução e Introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- AQUINO, Tomás de. *The division and methods of the sciences. Questions V and VI of his Commentary on the De Trinitate of Boethius*. Translated with Introduction and Notes by Armand Maurer. Fourth revised edition. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1986.
- ASHLEY, Benedict; CONWAY, Pierre. *The liberal arts in St. Thomas Aquinas*. Washington, D.C.: The Thomist Press, 1959.
- ASHLEY, Benedict. *The way toward wisdom: An interdisciplinary and intercultural introduction to metaphysics*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2006.
- ELDERS, Leo. *Faith and science: An introduction to St. Thomas' Expositio in Boethii De Trinitate*. Roma: Herder, 1974.
- ELDERS, Leo. *The metaphysics of being of St. Thomas Aquinas in a historical perspective*. Leiden: E.J. Brill, 1993.
- ELDERS, Leo. *The philosophical theology of St. Thomas Aquinas*. Leiden: E.J. Brill, 1990.
- KANE, William H. Abstraction and the distinction of the sciences. *The Thomist*, v. 17, n. 1, 1954, pp. 43-68.
- NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. *De Tomás de Aquino a Galileu*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1998.
- WIPPEL, John F. *The metaphysical thought of Thomas Aquinas: From finite being to uncreated being*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2000.